

Organizadores

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Luiz Antonio Araújo Gonçalves

Glauciana Alves Teles

A CIDADE MÉDIA DE SOBRAL/CE

Entrelaçando olhares, experiências e saberes



Editora
**SER
TÃO
CULT**

Edições UVA

Attila Rodrigues
09/2015

O livro *A cidade média de Sobral-CE: entrelaçando olhares, experiências e saberes vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - PROPGEO/UVA*, está estruturado em 15 capítulos, os quais versam sobre pesquisas e produtos desenvolvidos por seu corpo docente e discente. Iniciativa importante que contribui para o fortalecimento e sustentabilidade da interiorização da pós-graduação no semiárido cearense.

Os textos, conforme anunciado nas notas introdutórias e confirmado na leitura dos capítulos, apresentam potencial contributivo para desvendar os meandros e tessituras políticas, econômicas, sociais e ambientais, expressas nas relações sociais que produziram e produzem o espaço urbano da cidade de Sobral. Ademais, é possível perceber a necessária indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas produções apresentadas. Outrossim, o rigor metodológico se faz presença no desenvolvimento do texto sem perda da fluidez da escrita.

Trata-se de um livro de leitura indicada para diferentes interessados, não se limitando a estudiosos do município de Sobral.

Parecer do Conselho Editorial - Edições UVA



A CIDADE MÉDIA DE SOBRAL/CE

Entrelaçando olhares, experiências e saberes

Organizadores

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Luiz Antonio Araújo Gonçalves

Glauciana Alves Teles

A CIDADE MÉDIA DE SOBRAL/CE

Entrelaçando olhares, experiências e saberes

Sobral - CE
2025

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Edições UVA



A CIDADE MÉDIA DE SOBRAL/CE: Entrelaçando olhares, experiências e saberes

© 2025 copyright by Virginia Célia Cavalcante de Holanda, Luiz Antonio Araújo Gonçalves, Glauciana Alves Teles (Orgs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
SERTÃO CULT

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaoocult.com.br
sertaoocult@gmail.com
www.editorasertaoocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial
Antonio Adílio Costa da Silva
Carlos Alberto de Vasconcelos
José Luis Gonçalves Moreira da Zêzere
Luís Filipe Gonçalves Mendes
Marcelo de Oliveira Moura
Maria Rita Vidal
Otávio José Lemos Costa
Paulo Rogério de Freitas Silva
Ricardo Alexandre Cipriano Coscurião
Sandra Liliana Mansilla

Revisão
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Este livro foi revisado e aprovado pelos autores de cada capítulo. As informações são de responsabilidade dos autores.

Diagramação
João Batista Rodrigues Neto

Arte da capa
Arthur Rodrigues Feijão

Catálogo
Leolph Lima da Silva - CRB3/967



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral-CE
CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613

Filiada à



Reitora

Isabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Vice-Reitor

Francisco Carvalho de Arruda Coelho

Diretora das Edições UVA
Maria Socorro de Araújo Dias

Conselho Editorial
Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)
Isabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque
Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo
Ana Iris Tomás Vasconcelos
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Clarissa Sousa de Carvalho
Claudia Goulart de Abreu
Eliany Nazaré Oliveira
Elisa Lacerda-Vandenborn
Eneas Rei Leite
Francisco Helder Almeida Rodrigues
Israel Rocha Brandão
Maria Adelane Monteiro da Silva
Maria Amélia Carneiro Bezerra
Maria José Araújo Souza
Maria Somália Sales Viana
Maristela Inês Osawa Vasconcelos
Miguel Basto Pereira
Raquel Oliveira dos Santos Fontinele
Sara Sofia Fernandes de Lima
Simone Ferreira Diniz
Susana Pedras
Renata Albuquerque Lima
Tito Barros Leal de Ponte Medeiros
Virginia Célia Cavalcante de Holanda



Apoio



C487 A cidade média de Sobral/CE: entrelaçando olhares, experiências e saberes. /
Organizado por Virginia Célia Cavalcante de Holanda, Luiz Antonio Araújo
Gonçalves, Glauciana Alves Teles. - Sobral CE: Sertão Cult; Edições UVA, 2025.

372p.

ISBN: 978-65-5421-217-5 - E-book em pdf (Sertão Cult)

ISBN: 978-65-5421-216-8 - papel (Sertão Cult)

ISBN: 978-65-87115-77-1 - papel (UVA)

ISBN: 978-65-87115-76-4 - E-book em pdf (UVA)

Doi: 10.35260/54212175-2025

1. Geografia urbana – Sobral (CE). 2. Cidades médias – Aspectos sociais.
3. Planejamento urbano. 4. Estudos regionais – Sobral (CE). I. Holanda,
Virginia Célia Cavalcante de. II. Gonçalves, Luiz Antonio Araújo. III. Teles,
Glauciana Alves. IV. Título.I.Título

CDD 307.76 -Comunidades urbanas
CDD 911.8116 – Geografia do Ceará

SUMÁRIO

Prefácio 9

Sobral - olhares, experiências e saberes 19

Capítulo 1 Doi: 10.35260/54212175p.21-48.2025

Hierarquia urbana e regiões de influência das cidades: uma análise dos marcos teóricos e metodológicos com enfoque em Sobral-CE21

Samuel Antônio Miranda de Sousa

Capítulo 2 Doi: 10.35260/54212175p.49-72.2025

Ações institucionais e reestruturação da cidade média de Sobral-CE ... 49

Virginia Célia Cavalcante de Holanda

Luiz Antonio Araújo Gonçalves

Capítulo 3 Doi: 10.35260/54212175p.73-88.2025

O papel das transformações urbanas na prevenção à violência em territórios vulneráveis: a experiência de Sobral-CE 73

Marília Gouveia Ferreira Lima

Andréia Coelho Cela

Yvo Gabriel Sousa Galvão

Capítulo 4 Doi: 10.35260/54212175p.89-112.2025

A contribuição acadêmica para a construção coletiva da cidade – uma experiência no interior do Ceará - Brasil 89

Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic

Adilson João Tomé Manuel

Eloise de Brito Mudo

Capítulo 5 Doi: 10.35260/54212175p.113-128.2025

Mobilidade no espaço intraurbano: a perspectiva do ciclista na cidade de Sobral-CE 113

Luciana de Andrade Catunda

Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic

Capítulo 6 Doi: 10.35260/54212175p.129-156.2025

O microcrédito institucional em Sobral-CE e a captura dos trabalhadores autônomos pelas finanças..... 129

Sara Heline Rodrigues de Brito Silva

Luiz Antonio Araújo Gonçalves

Nilson Almino de Freitas

Capítulo 7 Doi: 10.35260/54212175p.157-178.2025

Um olhar geográfico dos processos do planejamento urbano de Sobral-CE..... 157

Wellington Galvão Alves

Maria do Carmo Alves

Capítulo 8 Doi: 10.35260/54212175p.179-202.2025

Erguem-se os muros, abrem-se os negócios: loteamentos fechados na produção do espaço urbano em Sobral-CE 179

Jailson Lopes Albuquerque

Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Capítulo 9 Doi: 10.35260/54212175p.203-224.2025

Jardins biofiltrantes do riacho pajeú, Sobral-CE: análise da eficiência operacional e a manutenção sustentável..... 203

Úrsula Priscyla Santana Nóbrega

Kemmison Luiz Paula de Sousa

Fernanda Elias Fernandes

Cícera Sarah Moura Farias

Capítulo 10 Doi: 10.35260/54212175p.225-246.2025

Conforto térmico e corredores verdes na cidade de Sobral-CE: uma análise termohigrométrica do período seco a partir do uso de transectos móveis 225

Jander Barbosa Monteiro

Isabela Gomes Parente

Maria Antônia Xavier Soares

Capítulo 11 Doi: 10.35260/54212175p.247-264.2025

Imigrantes venezuelanos em Sobral-CE 247

Luz Maritza Mantilla Chanagá

Aldiva Sales Diniz

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Capítulo 12 Doi: 10.35260/54212175p.265-288.2025

Manifestação do campo na cidade: um olhar a partir da feira livre nos arredores do mercado público de Sobral-CE 265

Thaysslorranny Batista Reinaldo

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Capítulo 13 Doi: 10.35260/54212175p.289-314.2025

Implicações da mobilidade geográfica da força de trabalho a partir da empresa calçadista grendene na cidade média de Sobral-CE .. 289

Maria da Penha dos Santos Costa

Glauciana Alves Teles

Capítulo 14 Doi: 10.35260/54212175p.315-336.2025

O acesso e o consumo cultural discente na Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE, Brasil 315

Luiz Antonio Araújo Gonçalves

Capítulo 15 Doi: 10.35260/54212175p.337-362.2025

Os circuitos da economia urbana: algumas mudanças no pequeno comércio de produtos alimentícios em Sobral-CE 337

Joffre Fontenelle Filho

Sobre os organizadores 363

Sobre os autores 365

PREFÁCIO

No contexto do desenvolvimento capitalista, a expansão da racionalidade e a lógica da reprodução do capital estão em movimento constante, do qual as cidades, enquanto espaços importantes para esse movimento, participam paulatinamente, merecendo destaque as metrópoles, grandes cidades e as cidades médias. Essa participação promove mudanças socio-territoriais de grande expressividade, motivo pelo qual se faz necessário, que novas interpretações sejam efetuadas, objetivando o discernimento dos processos desencadeados, os quais conduzem não somente a novas formas urbanas, mas, principalmente, a novos conteúdos.

Aguçados por essa realidade, docentes e egressos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - PROP GEO/UVA e os demais docentes, pesquisadores no urbano na leitura da Cidade de Sobral-CE, orientada pelo entrelaçamento de olhares, experiências e saberes, cujos resultados estão delineados nos textos constituintes da coletânea que ora é disponibilizada a todos os interessados em desvendar os meandros e tessituras políticas, econômicas, sociais e ambientais, expressas nas relações sociais, que produziram e produzem o espaço urbano da cidade de Sobral.

Justifica-se, portanto, o convite que fazemos ao leitor, de mergulhar no conteúdo dos textos apresentados ao longo da coletânea. Isso porque o leitor terá a oportunidade de ampliar os seus conhecimentos acerca da cidade média e particularmente da cidade de Sobral-CE.

Entretanto, a ênfase dada à cidade de Sobral não imprime na coletânea a marca do conhecimento exclusivo como uma obra específica para os estudiosos da cidade de Sobral. Muito pelo contrário, os textos recorrem, sistematicamente, a teorias importantes, indispensáveis à

compreensão da cidade, do urbano, da sustentabilidade ambiental, não se limitando, portanto, ao estudo do empírico. Sendo assim, convido a todos a fazerem uma imersão nos diversos assuntos tratados, resumidamente apresentados na sequência, e assim melhor compreender as dinâmicas socioespaciais que se traduzem no entrelaçamento dos olhares, das experiências e dos saberes, a partir de Sobral.

Iniciamos o percurso apresentando o texto produzido por Samuel de Sousa, que se dedicou à discussão sobre a “**Hierarquia urbana e Regiões de influência das cidades: uma análise dos marcos teóricos e metodológicos com enfoque em Sobral-CE**”. Para tal, a proposta do autor é analisar os estudos de hierarquia urbana realizados no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e as bases teóricas que respaldam os referidos estudos, com vistas ao entendimento da intervenção do Estado, por meio das políticas públicas, colocando em evidência a centralidade urbana da cidade de Sobral. A análise processual foi o caminho percorrido, por meio do qual o autor busca compreender as transformações urbanas que ratificaram a centralidade urbanorregional de Sobral no decorrer de sua história.

Corroborando o propósito de Samuel, a professora Virgínia Holanda e o professor Luiz Antonio Gonçalves, no artigo “**As ações institucionais e reestruturação da cidade média de Sobral-CE**”, oferecem ao leitor uma proposta de reflexão do processo de reestruturação da cidade média de Sobral, embasado por ações provedoras de infraestrutura urbana de circulação, de moradia e de novos equipamentos sociais na área de educação e saúde, as quais nortearam o período de gestão municipal capitaneado pelo grupo político liderado por Cid Ferreira Gomes, que assumiu a gestão municipal em 1997. Enaltecendo o discurso da boa governança, as políticas públicas implementadas pelas gestões desse grupo político que se sucederam até 2024, obtiveram segundo os autores, êxitos consideráveis dentre os quais se destacam os bons resultados alcançados na educação, segundo avaliações realizadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Para além das políticas públicas, os autores também fazem referência aos investimentos atraídos para a cidade, os quais, adicionados às políti-

cas públicas, colocam Sobral entre as principais cidades médias do sertão Nordeste. A síntese desse somatório de ações públicas e privadas é uma dinâmica socioespacial expressa por um crescimento econômico e um desenvolvimento urbano, que se renova constantemente, orientados para a melhoria da qualidade de vida e promoção da cidadania.

Sequenciando os estudos sobre a dinâmica de Sobral-CE, o texto assinado por Marília Lima, Andréa Cela e Yvo Galvão traz para a discussão **“O papel das transformações urbanas na prevenção á violência em territórios vulneráveis: a experiência de Sobral-CE”**. Os autores consideram a escassez de políticas públicas como um vetor que contribui para o aumento das desigualdades socioespaciais, sendo estas entendidas como resultado do processo de globalização inerente ao avanço do capitalismo que se apropria do território, enquanto recurso, com possibilidades de ampliar a sua reprodução. Essa realidade favorece a fragmentação socioterritorial e, por conseguinte, a violência. A partir de dados específicos, os autores delimitam áreas municipais, contempladas com intervenções com vistas à prevenção da violência.

Gabrielle Okretic, Adilson Manuel e Eloise Mudo trazem para a discussão o texto **“A contribuição acadêmica para a construção coletiva da cidade – uma experiência no interior do Ceará - Brasil”**. Essa contribuição, segundo os autores, reflete o engajamento da academia, na perspectiva da produção do saber, de sua circulação e de sua disseminação. Consideram a cidade como palco de disputa pelo espaço urbano. Sendo assim, a participação do saber acadêmico, em conjunto com a participação da sociedade, coloca-se como uma estratégia importante na construção de uma cidade democrática e cidadã.

Outro destaque do texto é a contribuição específica do grupo de Estudo UrbColab, que nos mais diferentes espaços de discussão sobre a cidade procura contribuir, a partir de uma visão crítica, com os estudos sobre as formas de apropriação do território, por meio de ideias e ações que transmitam aos habitantes da cidade melhorias no ambiente urbano. O sentido de pertencimento e da identidade com o lugar, por meio da apropriação do espaço, é analisada no contexto das disputas de terras

inerentes à lógica da disputa de poder. A discussão proposta se apoia no urbanismo colaborativo, enaltecido com a participação do grupo nas discussões da revisão do Plano Diretor da Cidade.

O debate e reflexões sobre a cidade de Sobral, contemplando a mobilidade urbana, é tratado no artigo **A mobilidade no espaço intraurbano: a perspectiva do ciclista na cidade de Sobral-CE**, de autoria de Luciana Catunda e Gabrielle Okretic, que anunciam de forma explícita os avanços ocorridos na cidade de Sobral em prol de melhores condições de mobilidade. No caso específico do uso da bicicleta, não apenas a mobilidade está em destaque, mas também as condições de reprodução social, em bases sustentáveis, bem como para a produção de situações de sociabilidade.

Todavia, na contemporaneidade marcada pela presença do capital nas mais diversas dimensões da vida, a financeirização se coloca como imperativo à reprodução da sociedade em sua totalidade. É sob essa lógica dominadora que o artigo **“O microcrédito institucional em Sobral-CE e a captura dos trabalhadores autônomos pelas finanças”**, de Sara Silva, em coautoria com Luiz Antonio Gonçalves e Nilson de Freitas, coloca em discussão o processo de financeirização no contexto de Sobral, enquanto uma expressão da mundialização do capital. Assim, o texto traz esclarecimento sobre a importante condição da cidade de Sobral-CE, seja de centralidade no contexto urbanorregional, seja como espaço de reprodução do capital financeiro. Para tal, a discussão sobre o microcrédito estabelece uma relação com os espaços periféricos, nos quais se realiza a captura dos territórios ocupados por populações de baixa renda. Para a materialização do crediamigo, diversos condicionantes são instituídos, os quais muito bem analisados no texto. Entretanto, tais condicionantes em nenhum momento se colocam como entraves à participação da população pobre do sistema financeiro. Contrariamente, as estratégias utilizadas reafirmam as condições de subordinação das populações pobres ao capital financeiro. Em síntese, trata-se de um texto antenado com a realidade vivenciada nas economias capitalistas emergentes, o que denota a sua importância para

a compreensão das cidades em suas dinâmicas espaciais, especificamente as cidades médias dos espaços periféricos.

Considerando os problemas socioespaciais evidenciados nas cidades, em decorrência de diversos fatores, dentre os quais as formas indevidas do uso do território, Wellington Galvão e Maria do Carmo Alves chamam a atenção para a importância do planejamento urbano e dos planos urbanos, enquanto instrumento da política urbana. Na discussão proposta no artigo “**Um olhar geográfico dos processos do planejamento Urbano de Sobral-CE**, os autores também procuram enaltecer o papel da ciência geográfica para as discussões e ações que envolvem o planejamento e a política urbana, ressaltando as demandas que as cidades apresentam face ao processo de urbanização que, ao assumir graus de complexidade cada vez mais elevados, passam a exigir dos gestores e da sociedade reflexões mais aprofundadas e especializadas, reflexões dos aspectos estruturais que envolvem a cidade – político, social, cultural e econômico. Para atingir o objetivo proposto, os autores, sem desconsiderar a diferença de escalas, traçam um paralelo entre o planejamento municipal e as tendências do planejamento nacional, a partir do qual os autores dão relevo à importância da Geografia no processo de planejamento urbano, uma vez que propicia a apreensão do território, indispensável à implementação do planejamento que tenha em sua essência o direito à cidade.

Assim como nas grandes cidades, a produção da moradia ganha novos conteúdos nas cidades médias, visto ser por meio da produção imobiliária que a cidade se reproduz e, por conseguinte, reproduz o capital. Os condomínios fechados se colocam como uma morfologia urbana que se faz presente nas grandes, médias e até em algumas pequenas cidades. Em Sobral, essa tipologia residencial se faz presente, sendo então analisada no texto **Erguem-se os muros, abrem-se os negócios: loteamentos fechados na produção do espaço urbano em Sobral-CE**, de autoria de Jailson Albuquerque e Francisco Clébio Lopes. A análise feita pelos autores considera a produção da moradia sob a ótica do condomínio fechado, como uma nova forma assumida pelo capital no

exercício de sua reprodução, que, ao se reproduzir, promove também a produção/reprodução das desigualdades socioespaciais, visivelmente constatada nas paisagens, que dialeticamente se apresentam como espaços de moradia de populações com maior poder aquisitivo no meio do visível, isto é, da paisagem, através da qual as contradições da sociedade capitalista são expostas. Nessa exposição, pode ser constatada a dialética da produção do espaço, moradias pobres e precárias que se contrapõem às moradias de alto padrão de construção. Com intuito de desvelar os meandros de construção dessa realidade, os autores apresentam uma periodização do processo, no qual destacam o período, quando foi criado o Estatuto da Cidade, que, dentre as principais orientações, está o cumprimento da função social da terra, sendo este o foco principal a ser seguido pela política urbana, por meio do seu instrumento central que é o plano diretor participativo.

A dimensão ambiental também está contemplada nesta coletânea. É relevante a contribuição dada por Úrsula Nóbrega, Kemmison Sousa, Fernanda Fernandes e Cícera Farias, com o texto **“Jardins biofiltrantes do riacho Pajeú, Sobral-CE: análise da eficiência operacional e a manutenção sustentável”**, no qual é analisada a eficiência das das Soluções Baseadas na Natureza (SBNs), que buscam nos próprios ecossistemas soluções para os problemas socioespaciais que emergem em decorrência do processo de reprodução da sociedade. É nesse sentido que está no escopo da análise do projeto Jardins Biofiltrantes do Riacho do Pajeú, efetuado pela Prefeitura Municipal de Sobral-CE. Os autores apresentam o funcionamento do projeto, fazendo uso de ilustrações esclarecedoras sobre o funcionamento do sistema em sua totalidade. Ainda que o projeto seja apontado como uma tecnologia importante para o enfrentamento de problemas ambientais no âmbito da cidade de Sobral-CE, nas considerações finais os autores chamam a atenção para a necessidade de requalificação dos sistemas convencionais para que as SBNs possam apresentar os resultados esperados.

Dando seqüência às discussões de caráter ambiental, o texto intitulado **“Conforto térmico e corredores verdes na cidade de Sobral-CE:**

uma análise termohigrométrica do período seco a partir do uso de transectos móveis”, assinado pelos autores Jander Monteiro, Isabela Parente e Maria Antônia Soares, contempla a discussão da sustentabilidade no contexto urbano, ressaltando estratégias importantes a serem efetuadas. Nesse sentido, os autores discutem a relação entre conforto térmico e corredores verdes, tomando Sobral como referência, a partir da caracterização termohigrométrica. Diante dos resultados obtidos, os autores fazem inferências importantes, as quais apontam não apenas à importância dos corredores para o conforto ambiental urbano, mas também para a criação de espaços de práticas sociais importantes na produção de uma cidade saudável.

O texto **“Imigrantes venezuelanos em Sobral-CE”**, além de atual, responde à demanda clássica dos estudos de migração, que sempre se fizeram presente na produção da Geografia. O fenômeno da migração não apenas nos permite analisar o ir e vir das pessoas, mas também nos ajuda a compreender as dinâmicas espaciais que se colocam como necessária à análise desses movimentos que impactam os espaços que acolhem da mesma forma que impactam a vida daqueles que são acolhidos. É essa a perspectiva analítica apresentada pelas autoras Luz Chagnagá, Aldiva Diniz e Virgínia Holanda no texto em apreço, uma vez que contempla não apenas os deslocamentos, mas principalmente as transformações espaciais decorrentes desse processo. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa, associada a questões teóricas e conceituais trabalhadas, destacou os conceitos de território em rede e de territorialidade que iluminaram a compreensão e a análise da realidade dos imigrantes em Sobral graças à pesquisa qualitativa efetuada junto aos migrantes, bem como propiciaram uma análise centrada na dinâmica do espaço acolhedor dos migrantes.

No artigo **Manifestação do campo na cidade: um olhar a partir da feira livre nos arredores do mercado público de Sobral-CE**, as autoras Thaysslorranny Reinaldo e Virgínia Holanda tomam como referência a feira livre que ocorre nos arredores do mercado público de Sobral-CE. Embora vista como um espaço comercial tradicional, a feira estabelece

um diálogo com as práticas comerciais que se modernizam ao mesmo tempo em que potencializa a relação cidade-campo, que acontece no contexto atual da reprodução do capital. A análise feita envolvendo a relação cidade-campo explicita as várias dimensões dessa relação, que embora aparentemente contraditórias, se complementam.

Implicações da mobilidade geográfica da força de trabalho a partir da empresa calçadista Grendene na cidade média de Sobral-CE trata-se de um artigo no qual as autoras, Maria Penha Costa e Glauciana Teles, discutem a indústria calçadista como um fator importante para as transformações territoriais que ocorreram no Brasil a partir de 1990, quando essa indústria passou a atuar no Nordeste brasileiro, e de modo especial no estado do Ceará. Analisam a indústria calçadista no Brasil, colocando em destaque as diferenças do processo no que diz respeito às formas de produção que ocorrem nas áreas tradicionais de produção de calçado – São Paulo e Rio Grande do Sul – e as áreas de produção moderna, no caso o Nordeste brasileiro, configurando dois padrões de organização da produção de calçados no Brasil.

Com relação ao estado do Ceará, as autoras destacam o papel dessa indústria nas transformações que se desencadearam no território cearense e sua importância para a economia, não apenas dos municípios em que se encontra instalada, mas para o contexto regional, como acontece com o município de Sobral, bem como na produção dos espaços urbanos e na geração do emprego formal, tornando-se assim importante vetor de crescimento urbano.

O artigo assinado pelo professor Luiz Antonio Gonçalves, intitulado **“O acesso e consumo cultural discente na Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE, Brasil”**, traz uma leitura sobre a dimensão da cultura, apoiada em dados empíricos, analisados segundo a perspectiva do seu papel na democratização e promoção da cidadania. Nesse sentido, articulando dados empíricos e leituras teóricas, ao final do texto o autor encaminha críticas às ações culturais desenvolvida pela UVA e aponta caminhos com vistas à promoção de uma política de cultura que promova

a participação universal de seus discentes, independentes das condições sociais e econômicas de cada um e, portanto, democrática e cidadã.

Joffre Fontenelle Filho presta a sua contribuição com a análise da organização do espaço urbano na perspectiva de compreender a sociedade que produz esse espaço, a partir das relações entre os agentes econômicos de diferentes graus de organização, capital e tecnologia. Para tanto, após recuperar dados importantes da história de Sobral, o autor, ao discutir **“Os circuitos da economia urbana: algumas mudanças no pequeno comércio de produtos alimentícios em Sobral-CE”**, coloca em destaque as mudanças ocorridas no comércio de alimentos em pequenos estabelecimentos comerciais, destacando as interações entre os pequenos comerciantes e as grandes redes de supermercados, expressas pela complementaridade de um lado e, do outro, pela subordinação do circuito inferior ao circuito superior, essenciais ao processo de mudanças do segmento varejista de alimentos em ampla expansão no território sobralense.

Embora seja uma cidade sertaneja, que se desenvolveu sob os ditames de economias tradicionais, como a pecuária extensiva e o algodão, Sobral-CE sempre se apresentou como uma cidade do futuro. E esse futuro, que hoje se faz presente, nos mostra uma Sobral e seus avanços, expressos por movimentos importantes que se colocam no cotidiano, orientados pela busca de melhor qualidade de vida, para a sua população.

Este foi o entendimento construído a partir dos diversos temas tratados nos textos constituintes desta coletânea, que, apesar do contexto espacial de referência ser a cidade de Sobral-CE, sua leitura vai conduzir o leitor, sem sombra de dúvidas, para outras paragens, onde a condição de cidade média se faça presente.

Em cada texto, a análise efetuada nos aponta caminhos teóricos e metodológicos, que os estudos da cidade média requisitam e que são indispensáveis à compreensão dos papéis por elas desempenhados na intermediação entre as grandes cidades e as pequenas.

Portanto, convido a todos a fazer uma imersão nos diversos assuntos tratados e assim melhor compreender o entrelaçamento dos olhares, saberes e experiências, que tem como ponto de partida, e não de chegada, a cidade de Sobral no estado do Ceará. A caminhada em busca do conhecimento é longa e diversa. Então, caminhemos...

Agradeço aos organizadores pela oportunidade que me foi dada de iniciar esse caminhar. Meu muito obrigada, com carinho e com afeto.

Sobral-Ceará, quadra invernosa de 2024

Rita de Cássia da Conceição Gomes

SOBRAL - OLHARES, EXPERIÊNCIAS E SABERES

A coletânea intitulada *Sobral-CE: entrelaçando olhares, experiências e saberes* surgiu da elaboração do Seminário Internacional Cidades Médias e Planejamento Urbano, realizado em Sobral-CE-Brasil, no período de 27 a 30 de maio de 2024. Nos momentos de reunião, ao pensar os nomes dos conferencistas e palestrantes, o formato do evento, os percursos e os lugares para que os convidados tivessem a experiência de viver a cidade, fomos percebendo o quanto Sobral se tornava esse elo que reunia as distintas visões, saberes e experiências de pesquisadores e residentes dessa urbe cearense.

Alegra-nos, sobretudo, ter a certeza de que essa mobilização também nos conduziu a conhecer e a ouvir mais uns aos outros, a percorrer a cidade, os espaços institucionais da Prefeitura local, adentrar ali as Instituições de Ensino Superior, com destaque para a Universidade Estadual Vale do Acaraú, Centro Universitário Inta e Faculdade Luciano Feijão. A realização de reuniões descentralizadas agregou, paulatinamente, outros colaboradores e incentivou nossos estudantes que saíssem de suas instituições e se entranhassem na riqueza do diálogo interdisciplinar com outros cursos e unidades de demanda acadêmica.

Desse modo, como resultado do que foi debatido e deliberado, guardar como ideias para servir de subsídios a mais textos universitários, no âmbito local, nacional e até do Exterior, juntaram-se nesta coletânea produções escritas de geógrafas, geógrafos, arquitetas e arquitetos urbanistas, em colaboração com orientandos e, muitas vezes, em parceria com colegas esquadrihadores de feitos da Ciência. Estes escritos procedem de demandas científicas, reflexões e relatos acurados de pro-

fissionais participantes da Gestão Pública Municipal e elaboradores de políticas públicas, implementadas em Sobral nas duas últimas décadas.

Reconhecemos o comprometimento dos investigadores que, lançando mão de variadas metodologias, revelaram a Cidade sob exame em distintas perspectivas. Manifestamos gratidão, pela desdobrada atenção, aos convidados que estiveram conosco durante todo esse evento, particularizando os parceiros da Rede de Pesquisadores sobre as Cidades Médias (ReCiMe).

Nossa expectativa, pois, é de que leiam esta obra, debatam e contribuam ao enriquecimento da matéria que conduz Sobral, crescentemente, como cidade média de expressão regional e nacional.

Boa leitura!

Os organizadores

CAPÍTULO 7

UM OLHAR GEOGRÁFICO DOS PROCESSOS DO PLANEJAMENTO URBANO DE SOBRAL-CE

Doi: 10.35260/54212175p.157-178.2025

Wellington Galvão Alves

Maria do Carmo Alves

Introdução

O presente artigo visa refletir sobre os desafios da ciência geográfica no âmbito da compreensão e participação desta que é uma ciência indispensável ao planejamento. Desde a institucionalização da geografia no Brasil, na década de 1930, as exigências técnicas e conceituais dessa ciência se consolidam cada vez mais como relevante para estudar a sociedade e suas ações enquanto usos do território, em diferentes regiões do país em diferentes escalas (cidades de pequeno, médio e grande porte), tanto na construção de planos diretores e planos de governo, quanto na elaboração de programas e políticas públicas de âmbito nacional.

Diante do exposto, o objetivo dessa análise é entender a importância do planejamento e dos planos como instrumento da política urbana, sobretudo, para o estudo da geografia urbana, justamente por se tratar da perspectiva de futuro a partir dos sistemas de objetos e ações do presente.

Os processos de urbanização trazem ao debate reflexões dos aspectos estruturais (político, social, cultural e econômico), que traz impregnada em seu cerne as heranças que, ao longo do tempo, foram materializadas na sua configuração espacial e escancaram as desigualdades socioespa-

ciais presentes nas paisagens, resultados de relações complexas dos usos do território. Dessa maneira, as cidades foram adquirindo um maior contingente populacional, acarretando consequências inerentes à problemática que aí se criava como demandas de toda ordem e um crescimento progressivo das desigualdades socioespaciais e de oportunidades, sobretudo, no acesso à cidade.

Nesse momento, surge também toda uma reação com a mobilização dos movimentos sociais na busca pela conquista de seus direitos, como por moradia, mobilidade e, conseqüentemente, trazendo ao debate a necessidade de um planejamento urbano que possa amenizar alguns problemas iminentes desse processo que já era uma realidade, tendo como prioridade uma melhor qualidade de vida para seus habitantes.

O Plano Diretor surge¹ então, como uma importante ferramenta urbanística e como instrumento da política de desenvolvimento urbano no âmbito municipal, sendo estabelecido a partir da Constituição Federal de 1988 (como fruto das lutas populares), com a inclusão dos artigos 182 e 183, referentes ao Capítulo II, Da política urbana, e regulamentado pelo Estatuto da Cidade, com a Lei N° 10.257 de 10 de julho de 2001, sendo obrigatório para todos os municípios com população acima de 20 mil habitantes (com a Constituição Federal de 1988) e também para aqueles que fazem parte de regiões metropolitanas, em áreas de interesse turístico e de influência de empreendimentos ou atividades com impacto regional e nacional (a partir do Estatuto da Cidade).

Nesse contexto, o presente artigo busca refletir sobre a importância da geografia para o planejamento urbano, buscando esse entendimento a partir dos períodos que vão desde o início do século XX até a criação do Estatuto da Cidade, no ano de 2001.

Trazendo como empiria a cidade de Sobral e seus planos diretores, direcionando para a compreensão de como o conhecimento geográfico esteve presente em cada elaboração ou revisão a partir da segunda

1 Villaça (2005, p. 10). “A idéia de Plano Diretor existe no Brasil, pelo menos desde 1930. Nesse ano foi publicado, em francês, o conhecido Plano Agache, elaborado por esse urbanista francês para a cidade do Rio de Janeiro”.

metade do século XX (Plano Diretor de 1967, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2000 e o Plano Diretor Participativo de 2008), procurou-se analisar cada período com os entendimentos teóricos da geografia e do planejamento urbano.

O processo de planejamento urbano no Brasil

Ao fazer-se uma reflexão geográfica sobre o processo de planejamento urbano no Brasil, pode-se considerar quatro períodos distintos: os três períodos propostos por Villaça (1999), sendo o primeiro iniciado ainda no século XIX até o início da terceira década do século XX (1875 - 1930); o segundo período de 1930 a 1992; e o terceiro de 1992 até 2000. No entanto, optou-se também por pontuar um quarto período, que tem como marco inicial a aprovação do Estatuto da Cidade, no ano de 2001. Segundo Villaça (1999, p. 182).

O primeiro período é marcado pelos planos de melhoramentos e embelezamento ainda herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana medieval (e colonial, no caso do Brasil). É o urbanismo de Versalhes, de Washington, de Haussmann e de Pereira Passos. O segundo, que se inicia na década de 1930, é marcado pela ideologia do planejamento enquanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados “problemas urbanos”. Finalmente o último, que mal está começando, é o período marcado pela reação ao segundo (Villaça, 1999, p. 182).

A partir de um paralelo das práticas de planejamento urbano, na cidade de Sobral, a pesquisa busca investigar se o planejamento municipal seguiu as tendências e as diretrizes nacionais no que se refere ao planejamento em seus diferentes períodos, considerando a diferença das escalas, o porte das cidades, fazendo uma análise crítica à lei e às práticas consideradas como um instrumento para a manutenção de ações seletivas historicamente produzidas no território.

Primeiro período (1875 – 1930)

O primeiro período do planejamento urbano ficou conhecido pelos planos de melhoramento e embelezamento, ainda no século XIX. Esse período foi marcado pela ação efetiva e direta do Estado em obras de aformoseamento urbano e com forte influência europeia. Como exemplo, citam-se os planos de Barcelona e Paris (também conhecidos, respectivamente, como Plano Cerdá e Plano Haussmann, considerando seus idealizadores), período que ficou marcado pelos projetos de embelezamento monumental, como também pelo higienismo, com forte atuação do médico sanitariano como profissional responsável também pelo planejamento que justificasse as intervenções urbanísticas, visando propiciar à cidade um ambiente urbano saudável.

No Brasil, o marco inicial de planos de melhoramento é 1875, quando foi produzido o primeiro documento (plano geral) a partir de um primeiro relatório apresentado pela Comissão de Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro. Esse plano representou a proposta de:

[...] organizar um *plano geral* [grifo nosso] para o alargamento e retificação de várias ruas desta capital e para a abertura de novas praças e ruas com o fim de melhorar suas condições higiênicas e facilitar a circulação entre seus diversos pontos, dando ao mesmo tempo mais beleza e harmonia às construções (Reis, 1977, p. 15-17 apud Villaça, 1999, p. 194).

Segundo Villaça (1999), esse plano passou a ser conhecido como “as propostas de Pereira Passos”, que foi posto em prática quando da sua nomeação, pelo então presidente Rodrigues Alves, como prefeito do Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1903, e que durou até o final da sua gestão como prefeito da cidade, no ano de 1906. O plano teve forte influência francesa, inspirando-se nas reformas da cidade de Paris no século XIX, visando o saneamento, a abertura de novas avenidas e a construção de praças e monumentos, com o objetivo de acrescentar à cidade do Rio de Janeiro as características de uma cidade moderna.

Aquela reforma acabou por expulsar os pobres das áreas centrais da cidade para as áreas mais periféricas, gerando uma segregação socioespacial, semelhante ao que ocorreu na França, como esclarece Santos (2006, p. 56): “[...] as áreas beneficiadas com as obras passariam a receber usos de solo mais nobres, enquanto a população de menor renda era deslocada dali”.

O planejamento urbano nesse período unia a política de embelezamento com a saúde coletiva e higienista, como justificativa para as intervenções urbanísticas de demolição de edificações desordenadas ou mesmo em condições insalubres que poderiam contribuir para a proliferação de doenças. É importante pontuar que essas intervenções, à medida que garantiam condições higiênicas mais favoráveis, elevavam também o preço da terra, ou seja, essas “cirurgias urbanas” tanto criavam uma nova fisionomia urbana, pensada por uma elite econômica, quanto acentuavam a seletividade socioespacial, devido aos custos fundiários.

Trazendo a ideia dos planos de embelezamento e intervenções sanitárias para entender a realidade de Sobral, na segunda metade do século XIX, pode-se observar que não se tem na cidade um plano de intervenção urbanística, embora isso não signifique que não houve intervenções de embelezamento e de ações sanitárias na cidade nesse período.

Segundo Rocha (2017), com a elevação à categoria de cidade no ano de 1841, seguido do aumento populacional, na segunda metade do século, surge a necessidade tanto de ordenamento quanto de aformoseamento urbano. O autor levanta alguns tópicos, baseado nas Atas da Câmara Municipal, sobre o tratamento que foi dado ao embelezamento da cidade nesse período, apontando como sendo os seguintes: “embelezamento das praças; teatro como indicador de modernidade e a demolição de casebres e edifícios ruinosos evitando uma ‘*vista desairoza*’ [grifo nosso] (Rocha, 2017, p. 161).

Não é intenção fazer nesse momento um detalhamento dessas praças, ou mesmo a espacialização e o mapeamento dessas intervenções. O que se tenta constatar nesse momento é se a cidade de Sobral acompanhou a tendência de planejamento desse período, o que se pôde cons-

tatar a partir de pontuadas intervenções na área central, com embelezamento de praças e construções no estilo europeu, como dos casarões, o teatro São João e igrejas, formando um conjunto de papel monumental.

Nas intervenções de cunho sanitaria em Sobral, em meados do século XIX, observa-se uma preocupação com as epidemias, noticiadas da Europa como de cidades brasileiras, e nota-se nesse período uma significativa importância dada à questão da limpeza urbana e higiene pública na prevenção das doenças, a partir das posturas e das Atas da Câmara Municipal, como os artigos 85 e 86 da resolução nº 327 de 19 de agosto de 1844:

Artigo 85: Todos os moradores da cidade, ou senhorios, ou inquilinos são obrigados no fim de cada mez à apresentar varridas, e limpas as calçadas de suas casas, e suas correspondentes até meios dellas, bem como os oitões, e fundos dos quintais, por onde haja trânsito público. Os contraventores pagarão por cada vez a multa de mil réis, ou soffrerão dois dias de prisão.

Artigo 86: Fica prohibido lançarem-se nas ruas, praças, beccos, e edificios públicos, e particulares immundicies de qualquer natureza. Os contraventores, além de obrigação de fazer retirar tais objetos soffrerão a multa de mil réis por cada vez (Ceará, 1844 apud Oliveira; Barbosa, 2009, p. 399-400).

Além dos artigos acima citados, outras leis de posturas foram aprovadas voltadas para a salubridade urbana, por exemplo, na especificação das demarcações dos locais das esterqueiras e dos depósitos de lixo (municipal), a proibição da permanência das salgadeiras no interior da cidade (Lei nº 357, de 03 de setembro de 1845), como medida de prevenção da cólera, além de outros remanejamentos de atividades insalubres.

No geral, percebe-se que a cidade de Sobral foi influenciada, e acabou vivenciando à sua maneira, um processo de embelezamento urbano mesmo sem um plano, e assim foram também as intervenções sanitaria no núcleo urbano. O que se percebe com os planos de embeleza-

mento e melhoramento é que na verdade eles foram pensados para áreas específicas da cidade, geralmente onde residia a classe mais abastada ou incorporando áreas de interesse da classe dirigente.

Segundo período (1930 - 1992)

Villaça (1999) divide esse segundo período em três fases distintas: a primeira é conhecida como planos de conjunto (1930 - 1965); a segunda fase é a do planejamento integrado e superplanos (1965 - 1971); e a terceira fase é a dos planos sem mapa (1971 - 1992). Assim, torna-se importante entender o essencial desse período, procurando contextualizar as ideias principais dessas fases à realidade de Sobral, procurando refletir se houve possíveis influências para as práticas de planejamento urbano municipal.

Os planos de conjunto, que têm início no Brasil na década 1930, surgem com o objetivo de substituir os antigos planos de embelezamento e melhoramento, que eram pensados e executados com intervenções pontuais no espaço urbano. No discurso dessa nova fase, os planos deveriam abranger toda a cidade, e o foco não seria tão somente o embelezamento, mas sim a modernização e a funcionalidade das infraestruturas, principalmente de saneamento e transportes, que caracterizaram os planos para as duas maiores cidades do Brasil, respectivamente, Rio de Janeiro (Plano Agache) e São Paulo (Plano de Avenidas de Prestes Maia). Mas é importante dizer que o suposto discurso “inovador”, trazido pela classe dominante, de abordar a cidade inteira:

Mantém-se, entretanto, o interesse pelas oportunidades imobiliárias que as remodelações urbanas oferecem, e nesse sentido o centro da cidade ainda é o grande foco de atenção dos planos (Villaça, 1999, p. 207).

É a partir dessa fase que começam a surgir os discursos sobre os chamados problemas urbanos, que irão prevalecer nos discursos sobre planejamento urbano durante a segunda metade do século XX. Segun-

do Villaça (1999, p. 206), nessa fase “[...] já se insinua o ‘caos urbano’, o ‘crescimento descontrolado’ e a necessidade do ‘planejamento’”.

A partir da década de 1940, a exemplo das duas maiores cidades, outras capitais passaram pelo processo de produção de seus planos, conforme explica Villaça (1999), citando as cidades de Salvador, com o seu Plano Urbanístico, do engenheiro Mário Leal Ferreira, aprovado em 1942, e Porto Alegre, com o Plano de Urbanização, do engenheiro Arnaldo Gladosch, aprovado em 1943. No entanto, pode ser incluída também como exemplo dessa fase a cidade de Fortaleza, com o Plano de Remodelação e Extensão, de Saboya Ribeiro, de 1947.

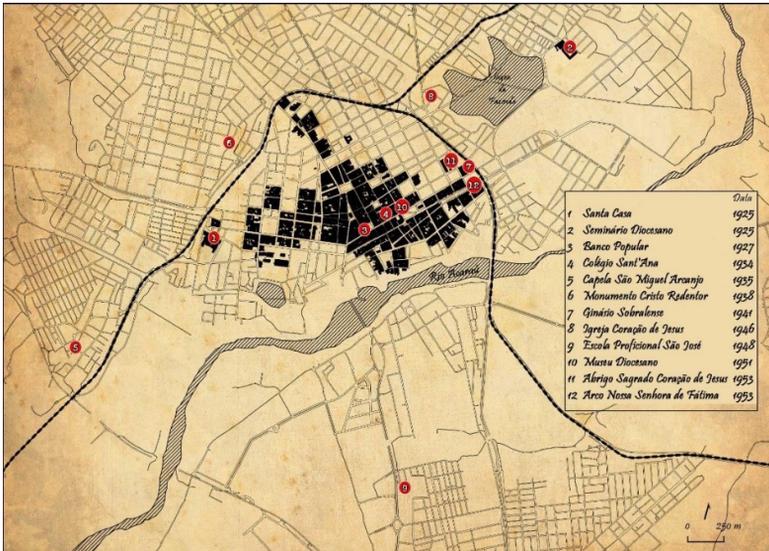
Uma semelhança entre essas cidades é que a sua população, no ano de 1940, ou já tinha passado de 200 mil habitantes ou estava bem perto desse número, como é o caso da cidade de Fortaleza, que registrava pouco mais de 180 mil habitantes, segundo o censo do IBGE. Quando analisado, a partir dos dados populacionais, que a cidade de Sobral na referida data, tinha pouco mais de 13 mil habitantes (conforme a Tabela 1), entende-se que talvez a cidade ainda não dispunha das condições necessárias para um plano urbanístico ou mesmo de plano de expansão urbana, embora isso não queira dizer que não houvesse intervenções urbanas com características de indução de eixos de expansão. Um exemplo disso são os objetos técnicos construídos entre os anos de 1925 e 1953 (pela Diocese de Sobral), para além do intra-trilhos e o Rio Acaraú (perímetro urbano de fato naquele período), que mais tarde se consolidaria como novos bairros da cidade (segunda metade do século XX), conforme observado no mapa abaixo.

Tabela 1 - População das cidades no ano de 1940

Cidade	População 1940
Rio de Janeiro	1.764,141
São Paulo	1.326,261
Salvador	290.443
Porto Alegre	272.232
Fortaleza	180.185
Sobral	13.625

Fonte: IBGE, Censos 1872 / 2010.

Mapa 1 - Mancha urbana de Sobral na primeira metade do século XX



Fonte: Alves, W. G. (2018).

A segunda fase, conhecida como a dos Planejamentos Integrados e Superplanos, tem início no ano de 1965 e vai até 1971. Segundo Villaça (1999), o marco inicial da fase tecnocrática é a entrega do Plano do Rio de Janeiro, “elaborado por Doxiadis”, justamente no ano de 1965.

Essa nova fase também se caracteriza como a passagem dos planos que eram executados (reconhecidos como plano de obras) para um novo paradigma, conhecido como o “planejamento-discurso”, conforme identifica Villaça (1999). Isso, de certa maneira, era resultado do descolamento das propostas desses novos planos tecnocráticos dos problemas reais da população mais pobre, como também pelo desconhecimento das condições operacionais e administrativas municipais, uma vez que eram elaborados por técnicos de escritórios privados de empresas de consultoria, sem nenhum vínculo com a administração pública. Essa vai ser a representação e a cara dos chamados Superplanos, caracterizados pelo distanciamento crescente entre, de um lado, os planos e suas propostas e, do outro, as possibilidades de suas implementações por parte da administração pública.

Diferentemente dos anteriores planos de execução de obras, entendidos como sendo objetivos e práticos quanto a sua realização pelo poder executivo, os Superplanos, segundo Villaça (1999, p. 213) “[...] passaram a apresentar enorme quantidade de ‘recomendações’ sobre todos os aspectos da cidade. Essa fase corresponde aos primeiros anos da ditadura militar no país, que entendia o planejamento como instrumento fundamental para a modernização da atuação do Estado brasileiro, e assim foram criadas secretarias de planejamento e fundações públicas, como suporte para a ação planejada do governo” (Ferreira, 2007).

Essa fase do planejamento urbano foi inclusive da atuação das empresas de consultoria na elaboração dos planos diretores, e a criação e atuação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), no ano de 1964, juntamente com o Banco Nacional de Habitação (BNH), como parte do processo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil. O órgão foi criado pelo Governo Militar em meio ao crescimento acelerado da população urbana brasileira e os problemas urbanos nas cidades, servindo também para atender às reivindicações dos profissionais de urbanismo, principalmente os arquitetos urbanistas, pela institucionalização do planejamento, e da atuação desses profissionais nas equipes multidisciplinares.

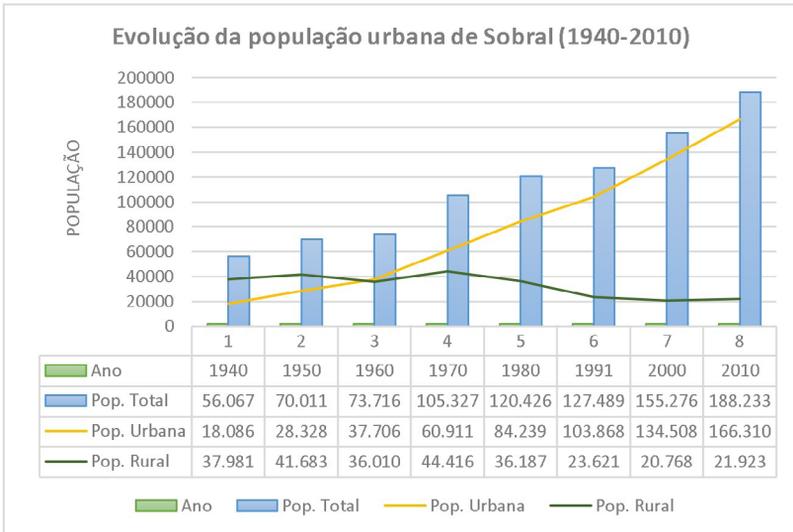
Durante essa fase, no processo de planejamento urbano, Sobral teve a elaboração do seu primeiro plano diretor no ano de 1967, na gestão do então prefeito Jerônimo de Medeiros Prado. Assim como os planos típicos dessa fase, foi elaborado por uma equipe técnica externa, composta por uma geógrafa, uma médica, uma assistente social, uma filósofa, um agrônomo, um engenheiro químico, um arquiteto, um engenheiro sanitário e um engenheiro civil. Corresponde justamente com o período em que a cidade de Sobral se expandia para além do seu núcleo urbano oficial, delimitado entre a linha férrea e o Rio Acaraú (o que hoje é oficialmente o bairro Centro).

Essa expansão da cidade, nesse período, não foge à regra da conjuntura dos países subdesenvolvidos e de muitas cidades brasileiras, com aumento acelerado do processo de urbanização e conseqüentemente

dos problemas de infraestrutura, de assistência, de planejamento e da capacidade técnica e financeira de muitos municípios em atender prontamente a demanda crescente de carência de toda ordem.

Nesse período, a população urbana de Sobral teve um aumento significativo a partir da década de 1960 em comparação à população rural, que até a década de 1950 representava 59,54% da população do município (tabela 3). Em meados do século XX, Sobral permanece como uma das mais importantes cidades do interior do Estado do Ceará, com uma economia que se firmou por meio da pecuária e do algodão (respectivamente, séculos XVIII e XIX), mas tendo a segunda um maior papel dinamizador da economia e do comércio local. Essa atividade impulsionou o desenvolvimento dos sistemas de engenharia, primeiramente com implantação da via férrea (1882)² e posteriormente pela construção da fábrica de tecidos Ernesto Deocleciano (1895).

Tabela 3 - Evolução da população urbana de Sobral (1940-2010)



Fonte: IBGE, Censos 1940 / 2010.

Já a partir da década de 70, os planos passam por um processo de simplificação, quanto a sua elaboração. É o que Villaça (1999) identifica

² Corresponde à inauguração do trecho entre Sobral – Camocim.

como sendo a terceira fase do segundo período do planejamento urbano no Brasil, conhecida como a fase dos Planos sem Mapa (1971 - 1992).

Nos anos de 1970, os planos passam da complexidade, do rebuscamento técnico e da sofisticação intelectual para o plano singelo, simples – na verdade, simplório – feito pelos próprios técnicos municipais, quase sem mapas, sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos se confrontados com os de dez anos antes. Seus dispositivos são um conjunto de generalidades. Novamente, o plano inconseqüente (Villaça, 1999, p. 221).

Essa nova fase, com a tendência de simplificação dos planos, seria uma evidência do fracasso dos planos locais integrados, inseridos nos padrões tecnocráticos exigidos pelo SERFHAU e da obrigatoriedade do plano para o recebimento do financiamento do BNH? Em parte, pode-se dizer que sim, primeiramente, porque, como a maioria das prefeituras não dispunha de um corpo técnico capacitado para elaboração dos estudos, essa parte ficava por conta de empresas privadas, somado ao fato de que esses planos muitas vezes não atendiam às necessidades reais da população e/ou dos interesses da administração pública, e eram simplesmente engavetados. Mas isso não significa que tenha ocorrido uma mudança de forma abrupta, ou mesmo homogênea em todo o país, inclusive com a continuidade da elaboração de planos diretores por empresas privadas, embora possa ter sido esse um critério preponderante para o fracasso dos planos daquele período. Maria Adélia de Souza afirma que “[...] uma das razões pelas quais o SERFHAU não atingiu seus objetivos, ocorreu em virtude de as empresas privadas elaborarem seus Planos procurando atender determinados interesses particulares” (Vizioli, 1998, p. 51).

Segundo Villaça (1999), a fase dos “planos sem mapa” corresponde à continuidade da ideologia da classe dominante em criar uma impressão de aperfeiçoamento na concepção das práticas de planejamento, porém o que fica claro é que o planejamento urbano passa a ser simplesmente

um discurso ideológico, “Descolando-se da realidade e adquirindo autonomia, as ideias contidas nos planos passam a ser portadoras da ideologia dominante sobre os problemas que atingem as maiorias urbanas” (Villaça, 1999, p. 222).

A partir da década de 1970, foi se fortalecendo no Brasil a consciência popular urbana, fruto dos movimentos sociais urbanos, cuja Igreja católica, segundo Maricato (2001), teve um papel importante nesse processo de despertar as camadas populares, pela Teologia da Libertação, por reforma urbana e, conseqüentemente, gestando uma nova etapa de possibilidades com a chegada dos anos 80 e as mobilizações crescentes para a elaboração da nova Constituição do país.

Os movimentos populares ganham força nesse momento na luta pela reforma urbana, trazendo como pauta as propostas das camadas mais pobres, contra os já conhecidos problemas urbanos. Segundo Maricato (2001, p. 100), “A maior conquista social resultante das mobilizações que marcaram os anos 80, que se refere à política urbana, foi a inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988”. Porém, a regulamentação desses dois artigos (que tratam da política urbana) só foi possível mais de uma década depois, com a promulgação do Estatuto da Cidade, pela Lei Federal nº 10.237/2001. E é justamente esse intervalo, entre a aprovação da Constituição de 88 e o Estatuto da Cidade em 2001, que Villaça (1999) vai identificar como sendo o terceiro período do planejamento urbano no Brasil.

Terceiro período (1992 - final do século XX)

Segundo Villaça (1999), a década de 1990 marca o início do processo de politização da discussão do planejamento urbano no Brasil, como resultado da conscientização e organização dos movimentos populares. Para o autor, os problemas que devem ser tratados nos planos diretores são de cunho político e não técnico, pois para ele “O plano diretor não é uma peça puramente científica e técnica, mas uma peça política” (*ibidem*, p. 237).

É importante que se diga que durante os anos 1990, após a redemocratização do país, com a promulgação da “Constituição Cidadã” e a inclusão dos dois artigos referentes à Política Urbana, houve um pequeno avanço, como afirma Villaça (1999), na possibilidade de o plano diretor ser o instrumento que define se a propriedade urbana está ou não cumprindo sua função social. Porém, os instrumentos com essa finalidade (Parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo no tempo e Desapropriação com pagamento em títulos), trazidos nos artigos da Constituição, foram condicionados à necessidade de uma lei Federal para a regulamentação do plano diretor.

O Projeto de Lei nº 5.788, de autoria do Senador Pompeu de Souza, conhecido como Estatuto da Cidade, foi uma tentativa de agilizar essa demanda por política urbana, mas devido à morosidade e outras tantas dificuldades, só foi aprovada no ano de 2001, conforme já mencionado. Foi durante esse terceiro período que a cidade de Sobral passou pelos estudos e pela elaboração do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, aprovado em janeiro de 2000.

Depois de três décadas, desde o primeiro Plano Diretor de 1967, é que Sobral vai ter novamente um estudo para elaboração do seu segundo plano diretor, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, de 2000, promulgado no último ano do primeiro mandato do então prefeito Cid Ferreira Gomes, limitado ao planejamento e ações para a área urbana do município. Os estudos para elaboração da proposta PDDU ocorreram ainda no final dos anos 1990, tendo sua aprovação na Câmara Municipal no dia 25 de janeiro de 2000 e promulgado pela Lei Complementar nº 005 de 01 de fevereiro de 2000, no último ano do primeiro mandato do então prefeito Cid Ferreira Gomes. Foi elaborado pelo consórcio Fausto Nilo / Espaço Plano, sob coordenação geral do arquiteto Fausto Nilo.

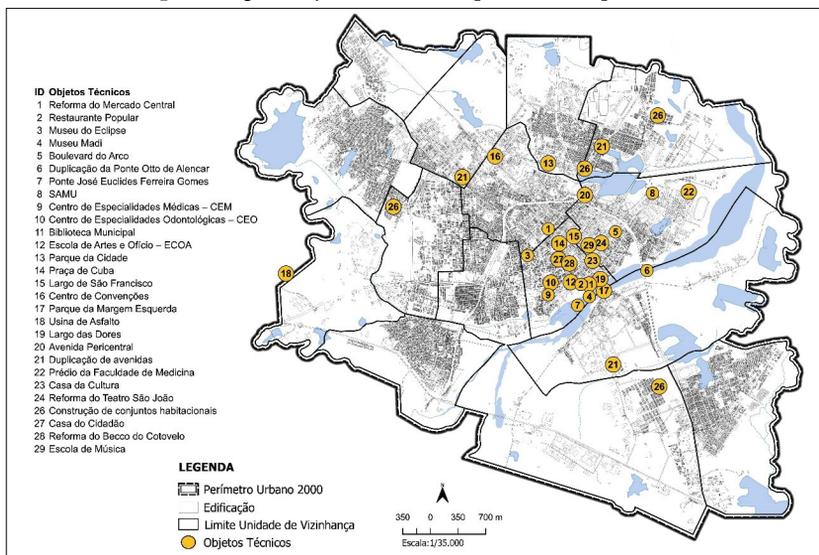
Pode-se dizer que o objetivo do Plano foi a estruturação Urbana que propôs e efetivou para a cidade um conjunto de intervenções de caráter “físico-urbanísticas”, com investimentos nos sistemas de engenharia, de modo a dotá-la de novos fixos, dando forma a um novo conjunto de ob-

jetos técnicos, que possibilite a renovação dos sistemas de ações, a partir de novos usos do território. Alves (2011, p. 182) esclarece que “Foi com o PDDU que Sobral mais viu seu território ser refuncionalizado. Entendê-lo é um passo para perceber como Sobral se encontra no presente”.

Durante o período de vigência do PDDU (de 2000 a 2008), correspondendo ao final do primeiro mandato do prefeito Cid Ferreira Gomes até o último ano do primeiro mandato do prefeito Leônidas Cristino, quando o plano foi revisado, observa-se uma importância do Plano de 2000 para a implementação de um novo sistema de objetos e ações e para o planejamento urbano da cidade de Sobral.

Dentre alguns objetos técnicos que representam o processo de dinamização do território sobralense, construídos e requalificados durante os oito anos de vigência do PDDU, pode-se citar: 1. Reforma do Mercado Central, 2. Restaurante Popular, 3. Museu do Eclipse, 4. Museu Madi, 5. Boulevard do Arco, 6. Duplicação da Ponte Otto de Alencar, 7. Construção da Ponte José Euclides Ferreira Gomes, 8. SAMU, 9. Centro de Especialidades Médicas – CEM, 10. Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, 11. Biblioteca Municipal, 12. Escola de Artes e Ofício – ECOA, 13. Parque da Cidade, 14. Praça de Cuba, 15. Largo de São Francisco, 16. Centro de Convenções, 17. Parque da Margem Esquerda, 18. Usina de Asfalto, 19. Largo das Dores, 20. Avenida Pericentral, 21. Duplicação de avenidas, 22. Prédio da Faculdade de Medicina, 23. Casa da Cultura, 24. Reforma do Teatro São João, 25. Construção de escolas e postos de saúde, 26. Construção de conjuntos habitacionais, 27. Casa do Cidadão, 28. Reforma do Beco do Cotovelo, 29. Escola de Música etc. (ver mapa a seguir).

Mapa 2 - Alguns objetos técnicos implementados pós PDDU



Fontes: Alves 2011 / PMS 2022. Elaboração: Wellington Galvão Alves (2022).

Observa-se como a área central da cidade foi o principal foco das intervenções de embelezamento e de investimentos públicos em infraestrutura urbana. Fica claro que o PDDU serviu de referência e sustentação para o plano estratégico de tornar a cidade mais atraente e competitiva, a partir da modernização dos sistemas técnicos, melhorando a fluidez do território, a criação de novas centralidades e zonas de renovação urbana (principalmente nas áreas centrais). No entanto, não conseguiu, mesmo com a descentralização de equipamentos públicos e obras de infraestrutura, solucionar os problemas de desigualdade socioespacial da periferia urbana.

Quarto período (criação do Estatuto da Cidade - 2001)

A partir da criação do Estatuto da Cidade, é fortalecido o papel dos municípios como principais responsáveis pela política de desenvolvimento urbano no país (Batista Filho; Gasperoto, 2004), quando o plano diretor passa por uma ressignificação, no âmbito do planejamento urbano no Brasil, à medida que passa a ser regulamentado como “[...] o ins-

trumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (Brasil, 2001, p. 13).

Os instrumentos previstos na Constituição Federal de 1988, com o objetivo de se fazer cumprir a função social da propriedade urbana, foram ampliados e regulamentados pelo Estatuto da Cidade e submetidos à lei específica do plano diretor. Ou seja, o plano diretor passa a ser legalmente o principal instrumento de lei, responsável por agregar, especificar e direcionar territorialmente os instrumentos da Política Urbana, previstos no Estatuto, que melhor atendam às necessidades e interesses do planejamento municipal.

O território de abrangência do plano diretor é ampliado com o Estatuto da Cidade em comparação com a Constituição Federal. O Estatuto da Cidade, no parágrafo 2º do artigo 40, diz que: “O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo”. Nesse sentido, ampliando a abrangência do plano diretor para todo território municipal, mas também incluindo outros critérios obrigatórios, como por exemplo, “[...] aos municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, às áreas de especial interesse turístico e às áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional” (Carvalho, 2001, p. 131).

Após a aprovação do Estatuto da Cidade, os planos diretores passaram a dar ênfase ao termo participativo, ficaram conhecidos como os Planos Diretores Participativos (PDP), reafirmando o interesse no processo participativo e apostando que dessa maneira a população mais pobre pudesse redefinir prioridades no planejamento dos municípios.

A cidade de Sobral aprovou, no ano de 2008, o seu Plano Diretor Participativo - PDP como sendo a revisão do PDDU de 2000. Esse plano foi elaborado pela própria equipe técnica da Prefeitura Municipal de Sobral e teve realmente no processo participativo o seu ponto forte.

A obrigatoriedade do processo participativo trazida pelo Estatuto da Cidade para a elaboração dos planos diretores pode não ser a solução

dos problemas urbanos, assim como os planos diretores até agora não foram, mas pode-se considerar como um avanço, como um primeiro passo, pois a desigualdade socioespacial é resultado de um sistema desigual e de políticas elitistas, que sempre calaram a voz do povo ou mesmo o fizeram crer na ideologia dominante daqueles que sabem quais são os problemas da população, enquanto o *status quo* permanece inalterado.

Os estudos para a revisão do PDDU de 2000 foram iniciados já em 2005, ainda no primeiro ano da gestão do prefeito Leônidas Cristino, mas aprovado na Câmara Municipal somente no final daquele mandato, pela Lei Complementar nº 028 de 15 de dezembro de 2008. Contudo, antes de abordar o PDP propriamente dito, torna-se necessário fazer alguns apontamentos das mudanças ocorridas na Lei do PDDU, mais especificamente na de organização territorial³, logo após a aprovação do plano.

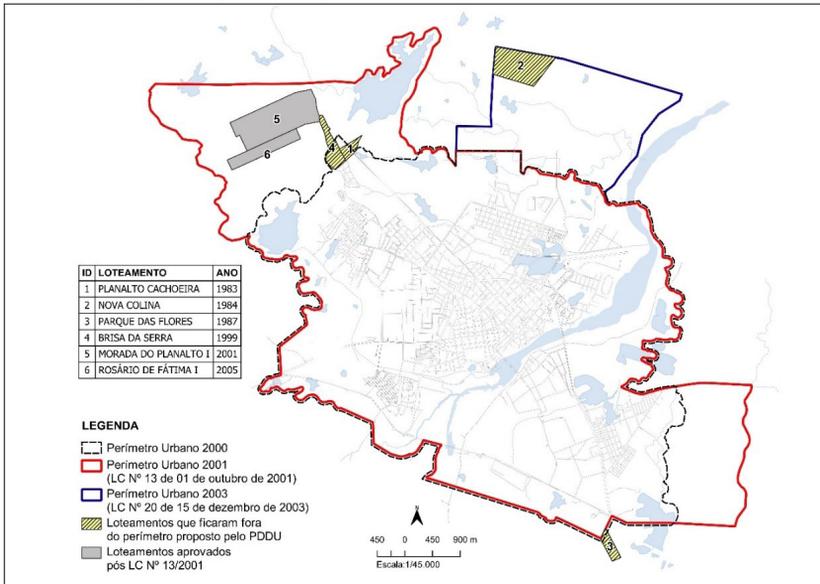
As mudanças ocorridas na lei de organização territorial, logo nos anos seguintes à aprovação do Plano de 2000 pelas Leis Complementares nº 13 de 01 de outubro de 2001 e nº 20 de 15 de dezembro de 2003⁴, revelam dois pontos importantes: primeiro, que o estudo de elaboração do PDDU não levou em consideração a espacialização dos loteamentos já homologados pelo município, deixando de fora do perímetro proposto, os loteamentos, Planalto Cachoeira (1983), Nova Colina (1984) e Parque das Flores (1987), todos esses aprovados na gestão do então prefeito Joaquim Barreto Lima (1983 – 1988), além de parte do loteamento Brisa da Serra (1999) que tinha sido recém aprovado, já na gestão do prefeito Cid Gomes.

O segundo ponto importante a ser observado é justamente a expansão do perímetro urbano no sentido Serra da Meruoca, claramente ocorrida pela pressão do setor imobiliário, a partir de novos loteamentos, e no setor Norte no sentido Massapê, como forma de incluir o loteamento Nova Colina e uma futura expansão das instalações da Grendene.

3 Lei nº 008 de 01 de fevereiro de 2000

4 As duas LC serviram para a expansão do perímetro urbano no setor norte, ainda na gestão do prefeito Cid Gomes.

Mapa 3 - Expansão do perímetro urbano nos anos de 2001 e 2003



Fontes: LC N° 13/2001 e LC N° 20/2003. Elaboração: Wellington Galvão Alves (2022).

Nota-se como o perímetro urbano proposto no PDDU, por mais que se justificasse tecnicamente, não se adequava à realidade da cidade naquele momento, nem com a tendência de crescimento em curto e médio prazo, inviabilizando totalmente a lei de organização territorial. Ou seja, quando se deu início aos estudos para a elaboração do Plano Diretor Participativo, já estavam claras as modificações ocorridas a partir das Leis Complementares, assim como da necessidade de adequação das zonas e mudança da Lei de Organização Territorial.

O Plano Diretor Participativo de 2008 foi financiado pelo Ministério da Cultura, e Sobral foi contemplada pelo “Programa Monumenta”, em razão de a cidade contar com sítio histórico tombado pelo IPHAN desde 1999. Um detalhe importante, também, é que o plano foi elaborado pela Equipe Técnica Municipal, com a contratação de apenas alguns consultores da área de urbanismo.

Considerações finais

O território urbano é marcado por características socioespaciais complexas, e frente a isso, o planejamento e a elaboração de políticas de desenvolvimento urbano visam amenizar as carências de toda ordem, no que se refere ao crescimento das cidades e municípios, de forma a vislumbrar uma melhor qualidade de vida para seus habitantes.

O debate sobre o planejamento, desde muito tempo, reúne forças técnicas, políticas e parte significativa da intelectualidade, mas para se buscar a complexidade que envolve a cidade nesta contemporaneidade nos referidos aos planos, uma organização para proporcionar momentos de participação social na contribuição para elaboração dos mesmos. Pode-se dizer que existe, hoje em dia, um consenso sobre a importância do planejamento urbano para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, onde as parcelas mais pobres da população possam ter voz e participação nas discussões sobre as políticas públicas necessárias para um desenvolvimento urbano mais igualitário. Tanto é que isso faz parte dos direitos constitucionais da sociedade brasileira. O planejamento abordado nessa perspectiva é o planejamento público (Municipal, Estadual e Federal), pois o privado não daria conta da complexidade.

O planejamento procura fazer a mediação entre passado, presente e futuro, e para isso, necessita também fazer no espaço geográfico, conforme ensina Souza (2021). É nesse ponto que parte-se para uma reflexão sobre a importância da geografia como ciência no processo de planejamento urbano, de como a compreensão do seu objeto de estudo pode abrir caminhos para uma melhor leitura do território e consequentemente para um planejamento mais adequado e justo.

Referências

ALVES, M. do C. **Planejamento Urbano e Formação Territorial: Sobral e suas contradições**. Campinas: Territorial, 2011.

BATISTA FILHO, N. P.; GASPEROTO, H. H. J. Política Urbana e Seus Instrumentos. **Revista UNAR** - Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson, 2014. Disponível em: https://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol9_n2_2014/12.Politica%20Urbana%20e%20Seus%20Instrumentos.pdf.

BRASIL. **Lei Federal 6766/79**: Lei do parcelamento do solo urbano

CARVALHO, S. N. de. Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400014&lng=pt&nrm=isso.

FERREIRA, Mauro. Planejamento urbano nos tempos do SERFHAU: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca. 218f. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Carlos/SP, 2007. Mauro Ferreira; orientadora Sarah Feldman - São Carlos, 2007. 218p.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. Ermínia Maricato. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, A. L. de; BARBOSA, I. C. (Org.) **Leis Provinciais**: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das leis provinciais do Ceará: compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Fac-símile da edição de 1863. Fortaleza: Inesp, 2009.

ROCHA, E. **A industrialização no interior do Ceará**: experiência em ambientes planejados. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE, 1988, p. 126.

ROCHA, H. V. **Contribuição para o estudo do desenho urbano de Sobral**: século XIX. 355 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SOUZA, M. A. A. de. Geografia e Planejamento: Uma Estratégia Espaço Tempo. Natal: **Sociedade e Território**, Natal/RN, v. 33, n. 1, p. 7-30, jan./abr., 2021.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. *In: O município no século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam, 1999. Edição especial.

VIZIOLI, S. H. T. **Planejamento urbano no Brasil**: a experiência do SERFHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal. 1998. 209 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SOBRE OS ORGANIZADORES



Virginia Célia Cavalcante de Holanda

Professora associada dos cursos de graduação em geografia (bach. /licenc.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGEIO da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. É bolsista do Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica - BPI, financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Funcap. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias-ReCiMe e da Rede de Pesquisadores sobre Pequenas Cidades-Mikripoli. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6070-7292>. E-mail: virginia_holanda@uvanet.br



Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Professor adjunto dos cursos de graduação em geografia (bach. / licenc.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGEIO da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Projeto de pesquisa contemplado pela Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias-ReCiMe e da Rede de Pesquisadores sobre Pequenas Cidades-Mikripoli. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2090-6312>. E-mail: luiz_goncalves@uvanet.br



Glauciana Alves Teles

Doutora e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - PROPGEIO/UECE. Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGEIO/UVA. Coordena o Projeto de Pesquisa: Desenvolvimento Urbano, Cidades Inteligentes e Sustentáveis no contexto do PDPG III (CAPES/FUNCAP). É coordenadora do grupo de pesquisa Geografia, Ensino e Formação Docente (DGP/CNPq), do Laboratório de Pesquisa e Ensino de Geografia (LAPEGEO) e do Projeto de extensão internacional “Nós Propomos! Educação Geográfica, Inovação e Cidadania Territorial” na UVA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6952-8837>. E-mail: glauciana_teles@uvanet.br

SOBRE OS AUTORES

Adilson João Tomé Manuel

Angolano, Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista -UNIP Campus de Bauru. Mestre em Gestão do Espaço Urbano, Universidade São Judas Tadeu- USJT (2016). Coordenador do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário INTA -UNINTA. Coordena o Núcleo de Experimentações Digitais em Arquitetura e Urbanismo - NEXAU, do Projeto de Pesquisa Inovação e Tecnologia- INTEC-UNINTA (desde 2023).

Aldiva Sales Diniz

Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP. Professora dos cursos de graduação em geografia (bach. /licenc.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PROP GEO da Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA.

Andréia Coelho Cela

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (2019) e é Mestra em Planejamento Urbano pela mesma instituição (2023). Atualmente atua como assessora de gestão na Assessoria de Prevenção à Violência do Governo do Estado do Ceará, onde gerencia a implementação do Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência por meio da cooperação técnica com nove municípios do interior do estado. Tem vivência profissional na área de planejamento e gestão de projetos e, no campo acadêmico, tem trabalhado principalmente nos seguintes temas: produção do espaço urbano, bairros periféricos, violência urbana, vulnerabilidade social, segregação socioespacial, direito à cidade e urbanismo social.

Cícera Sarah Moura Farias

Graduada e Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Ceará - UFC, foi Gerente de Biodiversidade na Agência Municipal do Meio Ambiente de Sobral (AMA), responsável pela manutenção de praças, parques e unidades de conservação, com ênfase em soluções baseadas na natureza e resiliência climática. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Luciano Feijão.

Eloise de Brito Mudo

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2009) e mestrado acadêmico em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR UFRGS (2017). É Técnica em Edificações pelo IFCE (1998). Atualmente é docente e gestora de extensão e responsabilidade social no Curso de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário INTA-UNINTA, em Sobral-CE.

Fernanda Elias Fernandes

Graduada em Administração Centro Universitário UNINTA. Possui mais de 15 anos de experiência em gerenciamento de projetos e programas no Setor Público, com financiamento proveniente de recursos internacionais de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF.

Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2013). Professor adjunto dos cursos de graduação em geografia (bach. / licenci.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PROPGEIO da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic

Professora do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e responsável pelo setor de Internacionalização do Centro Universitário UNINTA (Sobral-CE). Docente no curso de Engenharia Civil da Faculdade UNINTA Sobral-CE. Realizou estágio Pós-doutoral junto ao

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (PROP GEO/UVA).

Isabela Gomes Parente

Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Membro do Laboratório de Estudos Ambientais e Climáticos (LEAC - UVA). Foi bolsista BPI - FUNCAP com a pesquisa Caracterização Termohigrométrica e Conforto Térmico Humano em espaços abertos de lazer: uma análise sazonal microclimática em praças públicas de Sobral-CE (2020-2022).

Jailson Lopes Albuquerque

Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2022). Atualmente encontra-se vinculado ao grupo de estudo Crítica à Economia Política do Espaço ligado ao Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais - LEURB/UVA.

Jander Barbosa Monteiro

Doutor e Pós-Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Possui Graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professor adjunto dos cursos de graduação em geografia (bach. / licenc.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PROP GEO da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. É bolsista de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica, da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP.

Joffre Fontenelle Filho

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Atualmente é Professor de Geografia da Rede Pública de Ensino do Estado do Ceará.

Kemmison Luiz Paula de Sousa

Graduado em Engenharia Civil e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Atuando principalmente nos seguintes temas: terraplanagem e pavimentações, Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Drenagem, resíduos sólidos, serviços de Segurança do Trabalho, Análises Ambientais e recuperação de áreas degradadas e Energias Renováveis.

Luciana de Andrade Catunda

Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2016), desenvolve trabalhos na área de Geografia Humana com foco em Geografia Urbana. No período de 2019 a 2023, exerceu o cargo de Assistente Técnica na Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Sobral - CE. Atualmente, compõe o quadro docente da Faculdade Via Sapiens - FVS.

Luz Maritza Mantilla Chanagá

Possui graduação em Direito da Universidad de Santander (UDES-Colômbia). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA; Diplomada em Direitos Humanos (DDHH) da *Fundación Universitaria de San Gil* (UNISANGIL-Colômbia). Trabalhos em unidades rurais deslocadas pela violência na Colômbia, temas específicos: Migração forçada interna do campo para a cidade, Direitos Humanos, Direitos Fundamentais das vítimas, Avaliação do direito a educação, moradia digna, educação, saúde e trabalho. Facilitadora em Escolas de Campo para Agricultores (ECAs). Integrante do Núcleo de Estudos sobre Acesso e Permanência na Educação (UENF/IFFluminense) . Tradutora de textos ao espanhol no mesmo grupo.

Maria Antônia Xavier Soares

Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Membro do Laboratório de Estudos Ambientais e Climáticos (LEAC). Bolsista BPI - FUNCAP, com a pesquisa O uso de transectos móveis na avaliação do conforto térmico humano: uma análise a partir da implementação de corredores verdes em Sobral-CE (2023-2024).

Maria da Penha dos Santos Costa

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROP GEO da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. E-mail: penhavaz19@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0003-3050-2573>.

Maria do Carmo Alves

Mestre e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP (2017). Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Atualmente é Professora do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Editora da Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS).

Marília Gouveia Ferreira Lima

Mestre em Engenharia de Transportes - Departamento de Engenharia de Transportes Centro de Tecnologia - Universidade Federal do Ceará UFC-CE. Pós-graduada em Gestão Ambiental Urbana pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Luciano Feijão. Foi Secretária do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Seuma) da Prefeitura de Sobral, no período de 2017 a 2024.

Nilson Almino de Freitas

Professor da área de Antropologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Coordenador do Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas - LABOME. Professor do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - Profsocio. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PROP GEO, da Universidade Estadual do Ceará UECE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0324-3131>. E-mail: nilsonalmino@hotmail.com

Samuel Antônio Miranda de Sousa

Possui graduação (2007), Mestrado (2010) e Doutorado (2021) em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Atualmente é Coordenador dos Cursos de Gestão Ambiental e Gestão da Qualidade EAD Wyden. É professor dos cursos de engenharia e gestão, presencial e EAD no Unifanor. Tem experiência na área de Geociências, com

ênfase em Planejamento e Gestão Ambiental e Planejamento Urbano e Regional.

Sara Heline Rodrigues de Brito Silva

Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Professora efetiva da Rede Pública Estadual do Ceará - SEDUC-CEARÁ. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7357-9562>
E-mail: saraheline@hotmail.com

Thaysslorranny Batista Reinaldo

Pós-doutoranda pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA com bolsa da FUNCAP Edital 09/2023 de apoio ao Pós-Doutorado. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Mestre e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Atuou como professora temporária no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA de 2021-2023 e na Universidade Federal do Tocantins - UFT de 2017-2019.

Úrsula Priscyla Santana Nóbrega

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2016), com intercâmbio na Kansas State University (2014). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2022). Atualmente é docente do curso de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade Luciano Feijão. Foi Superintendente da Agência Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Sobral. Atua em planejamento territorial, design urbano e arquitetônico, design gráfico, fotografia e artes plásticas. É membro ativo do grupo artístico “Estrelas do Norte”, responsável pela Bienal Norte de Artes Plásticas, e participou da revisão do Plano Diretor de Sobral (2022-2030). Supervisionou a manutenção dos Jardins Biofiltrantes do Riacho Pajeú e coordenou o desenvolvimento do Plano de Rotas Urbanas de Sobral, premiado pelo IAB Ceará e IAB Brasil.

Wellington Galvão Alves

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2022). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2018). Atualmente atua como Gerente de

Geoprocessamento na Prefeitura Municipal de Sobral. Tem experiência na área técnica de Planejamento Urbano e Geoprocessamento.

Yvo Gabriel Sousa Galvão

Arquiteto e Urbanista pelo Centro Universitário INTA - UNINTA, pós-graduando em Gestão Ambiental Pública, com formação técnica prévia em Meio Ambiente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE (Campus Crateús) e membro constituinte do Grupo de Estudos URBCOLAB, atuando como Gerente de Licenciamento para Construção na Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Seuma) da Prefeitura de Sobral.

Editora
**SER
TÃO
CULT**

Este livro foi composto em fonte Minion Pro, impresso no formato 15 x 22 cm
em offset 75 g/m², com 372 páginas e em e-book formato pdf.
Abril de 2025.

Historicamente a cidade de Sobral tem assumido um papel relevante no contexto espacial do sertão nordestino e, particularmente no Estado do Ceará, graças à produção do algodão e à pecuária, que outorgava a Sobral a condição de centro regional na parte setentrional do estado.

Nos dias atuais, anos 20 do século XXI, a cidade de Sobral é colocada em evidência, não mais pela exuberância das atividades tradicionais, mas pela presença marcante na cidade de atividades modernas, relacionadas ao comércio e serviços, o que certamente se coloca como fatores de forte influência na promoção das interações espaciais que Sobral mantém. No contexto dessas interações, é importante sublinhar o papel desempenhado pelos serviços de educação e de saúde, os quais ampliam, consideravelmente, as relações de Sobral, não apenas com a sua região de influência, mas com todo o estado de Ceará e com estados do Piauí e do Rio Grande do Norte.

Diante dessa realidade, podemos afirmar que Sobral continua com seu protagonismo regional, decorrente de um conjunto de dinâmicas resultantes das relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza, as quais analisadas e interpretadas pelos autores dos diversos artigos que compõem o livro **SOBRAL: ENTRELACANDO OLHARES, EXPERIÊNCIAS e SABERES**.



Financiamento



Apoio



ISBN 978-655421216-8



9

786554

212168

Editora **SERTÃO: CULT**

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**